



## Câncer e malformação devem ter notificação obrigatória

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Senadores votam o projeto que determina aos serviços de saúde a notificação de casos de câncer e malformação congênita

Projeto aprovado na quarta-feira no Senado obriga o registro de casos pelos serviços públicos e privados de saúde. O objetivo é reforçar políticas públicas para reabilitação e combate de doenças

O Senado aprovou na quarta-feira projeto que determina que os serviços públicos e privados de saúde registrem casos de câncer e malformação congênita.

O relator na Comissão de Assuntos Sociais, Waldemir Moka, apontou o câncer como a segunda maior causa de morte no Brasil. A notificação compulsória, disse, deve contribuir

para identificar gargalos de assistência, diagnóstico, tratamento e prevenção da doença. Também vai facilitar o acompanhamento para que o tratamento pelo SUS possa começar em no máximo 60 dias, como determina a Lei dos 60 Dias. O texto original previa apenas a notificação de casos de câncer, mas o substitutivo aprovado incluiu a malformação congênita. 3

**Proposta dá prazo de 5 dias para SUS marcar consulta 7**

**Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Norte é criado 3**

**Avança atualização de marco legal de franquias 7**

**Transposição de bacia terá desconto em energia 4**

**Propaganda deve respeitar gênero, prevê projeto 8**



Para Eunício, o Senado cumpriu as promessas para pôr fim à greve

### Congresso atuou pelo fim da greve, afirma Eunício Oliveira

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que o Congresso cumpriu sua obrigação ao aprovar, anteontem, projeto que

permite a redução do preço do óleo diesel. No Plenário, outros senadores falaram sobre a crise dos combustíveis. 5

### Debate: em crise, federais cortam investimentos

As universidades federais vêm enfrentando a mais séria crise financeira dos últimos tempos, disseram, na quarta-feira, especialistas que participaram de audiência pública no Senado. A situação, apon-

taram, é causada pela redução de repasses do governo para investimentos, o aumento de gastos com pessoal e a ampliação do acesso dos estudantes. Um dos impactos é o corte em pesquisas e em assistência

estudantil. A reitora da UnB, Márcia Abrahão, disse que 80% do orçamento da universidade é para pagar pessoal. Weber de Souza, do MEC, disse que ministério garante repasses para manter serviços. 2



Reitora da Universidade de Brasília, Márcia Abrahão fala em audiência comandada por Cristovam Buarque (3º à esq.)

### Seguem para promulgação três acordos internacionais

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira três acordos internacionais. Os textos referem-se à legislação para evitar dupla tributação e sonegação em transações entre Brasil e Noruega, a regras para prevenir abalroamentos no mar e à cooperação técnica com o Nepal. Os acordos seguem agora para promulgação. 3

### Para professores, violência nas escolas tem causas diversas

Professores e psicólogos apresentaram, em audiência da Comissão de Direitos Humanos na quarta-feira, estudos sobre o aumento dos casos de violência nas escolas. Segundo eles, as causas são diversas: álcool, drogas, etnia, repetência e diversidade de gênero aparecem com frequência como desencadeadores da violência. 8

### Comissão aprova jornada laboral reduzida para pais de deficiente

A jornada de trabalhadores do setor público e da iniciativa privada que tenham filho com deficiência poderá ser reduzida em 10%, sem prejuízo da remuneração, de acordo com projeto aprovado na Comissão de Direitos Humanos. O texto segue para análise final da Comissão de Assuntos Sociais. O benefício será renovado a cada dois anos. 8

### Juros do cartão não dependem só da taxa Selic, alegam bancos

Representantes de bancos emissores de cartão de crédito disseram na quarta-feira, em audiência da CPI dos Cartões de Crédito, que os juros di-

minuíram e não podem ser calculados apenas com base na taxa Selic. A CPI deve fazer mais uma audiência antes do relatório final. 4



Ataide Oliveira (C) e Bezerra Coelho (3º à dir.) ouvem Marcelo Kopel, do Itaú



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cristovam Buarque (3º à esq.) coordena audiência que discutiu problemas que as federais têm enfrentado

## Verba menor afeta ciência e estudantes, aponta debate

Investimento em pesquisa e assistência para estudantes estão comprometidos com redução do repasse para universidades federais, alertaram especialistas que participaram de debate na quarta

A REDUÇÃO CRESCENTE, desde 2014, do repasse de verbas para investimento em universidades federais, aliada ao aumento de gastos com pessoal e à ampliação do acesso dos estudantes são os ingredientes que ajudaram a gerar a mais séria crise financeira vivida nas federais nos últimos anos, disseram, na quarta-feira, os participantes de audiência pública pela Comissão de Educação (CE).

O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Universidades Federais de Ensino Superior (Andifes), Emmanuel Tourinho, apontou um passivo em obras inacabadas nas universidades e queda brusca nos recursos de custeio para a manutenção de atividades como vigilância, limpeza e manutenção.

Segundo ele, as piores perdas são da ciência e da classe mais

excluída da sociedade, que vinham ganhando atenção das universidades federais antes da crise financeira.

— Recursos da assistência estudantil hoje não estão sendo suficientes para segurarmos esses jovens nas universidades. Vivemos uma situação crítica, o recurso de investimento da assistência estudantil em 2018 foi cortado a zero. Temos alunos que estão abandonando os cursos de pós-graduação e as pesquisas pela falta de condições para desenvolver os trabalhos, temos docentes e alunos deixando o país, buscando oportunidades em outros países — lamentou.

### Investimentos

A reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão, apontou um déficit de cerca de R\$ 92 milhões em 2018 e disse que 80% dos

gastos do orçamento da universidade são para pagamento de pessoal. Em contrapartida, os repasses para investimentos na UnB foram reduzidos de R\$ 82 milhões em 2013 para R\$ 28 milhões em 2018, sendo que, do total para este ano, R\$ 13 milhões já foram cancelados.

Ao mencionar a recessão econômica e a Emenda Constitucional 95, do teto de gastos, o coordenador-geral de Planejamento e Orçamento das Instituições Federais de Ensino do Ministério da Educação, Weber de Souza, explicou que, apesar da redução nos gastos com investimentos, têm sido efetuados os repasses para a manutenção dos serviços.

— O gasto do MEC historicamente é uma das prioridades do ministério. A situação atual das universidades federais segue a arrecadação fiscal do governo — afirmou.

## Trump nada contra maré da globalização, diz Collor

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), criticou a política externa do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em entrevista ao programa *Salão Nobre*, da TV Senado, que vai ser reprisado hoje.

— É um presidente que não me parece talhado para exercer a função com a responsabilidade e a sabedoria que se exige de um chefe de Estado norte-americano.

Para Collor, Trump está “nadando contra a maré” da globalização, processo que o senador considera irreversível.

Collor, que presidiu a CRE no biênio 2011–2012 e voltou à presidência da comissão em 2017, acredita que a política externa brasileira não mudou nesse período:

— Segue sua rota na busca do consenso, de partilhar entendimentos que conduzam à paz.

O que mudou, disse, foi a eleição de Trump, que provocou instabilidades no plano comercial e geopolítico.

Para o senador, medidas como a taxação do aço “falam diretamente ao público interno americano” e têm como alvo as eleições parlamentares dos Estados Unidos, previstas para

novembro deste ano. Depois do pleito, ele acredita que Trump pode mudar de postura.

Entre os desafios para a política externa brasileira, Collor citou a aprovação de um acordo para reduzir as tarifas de 25% impostas às importações de aço e a aproximação com os Estados Unidos. Ele também defendeu a aprovação do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia.

Salão Nobre  
Hoje, às 8h e às 13h

Veja a entrevista on-line:  
[bit.ly/SalaoNobreCollor](http://bit.ly/SalaoNobreCollor)

## MP estende prazo de adesão ao Refis do Funrural até outubro

O prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), que refinancia dívidas de produtores rurais oriundas do não recolhimento da contribuição previdenciária dos empregados, o Funrural, foi adiado mais uma vez. O *Diário Oficial da União* publicou na quarta-feira a Medida Provisória (MP) 834/2018, que prorroga o prazo até 30 de outubro.

Também chamado de Refis do Funrural, o PRR foi instituído pela Lei 13.606. Desde que a lei foi sancionada, em janeiro, essa é a quarta vez que o período de adesão é adiado pelo governo. O prazo anterior, instituído pela MP 828/2018, terminou na quarta-feira.

O PRR permite parcelar dívidas de produtores rurais (pessoas físicas, cooperativas e intermediários) com desconto. Também diminui, de 2,5% para 1,7%, a alíquota de contribuição social sobre a receita bruta devida pelas empresas rurais a título de contribuição previdenciária dos trabalhadores.

O programa foi criado pelo

governo após pressão de produtores rurais, em meio a um impasse judicial quanto à legalidade da cobrança do Funrural.

### Polêmica

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a contribuição social inconstitucional. No ano passado, porém, voltou atrás e declarou a constitucionalidade do Funrural, o que gerou um grande passivo a ser pago pelos produtores e deu origem às negociações entre governo e Congresso, resultando na Lei 13.606.

Na semana passada, em novo julgamento, o STF reafirmou a constitucionalidade da contribuição. Como muitos produtores aguardavam a decisão da Corte para entrar no refinanciamento, houve necessidade de esticar o prazo em cinco meses para beneficiar os que deixaram a adesão para última hora.

A medida provisória será analisada agora em uma comissão mista, e depois votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

Com Agência Câmara

## Conselho de Comunicação Social vota relatório sobre fake news

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional se reúne na segunda-feira para, entre outros assuntos, analisar o relatório sobre projetos de lei em tramitação no Congresso sobre *fake news* (notícias falsas).

O texto está a cargo da comissão de relatoria formada pelos conselheiros Miguel Matos (coordenador), Murillo de Aragão, José Francisco de Araújo Lima, Ricardo Bulhões Pedreira, Maria José Braga e José Antonio de Jesus da Silva.

Também consta da pauta

o relatório sobre reestruturação do Regimento Interno do próprio conselho. O documento será apresentado pela comissão de relatoria formada pelos conselheiros José Francisco de Araújo Lima (coordenador), Miguel Matos e Maria José Braga.

O Conselho de Comunicação Social é um órgão auxiliar do Congresso e tem como atribuição elaborar estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelos parlamentares.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão sem votações, destinada a discursos de senadores e avisos da Mesa do Senado.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Vai à sanção notificação obrigatória de câncer

Projeto aprovado na quarta determina ainda que sejam notificados casos de malformações congênitas. Objetivo é reforçar políticas públicas destinadas à reabilitação e ao combate de doenças

O PLENÁRIO DO Senado aprovou na quarta-feira proposta que obriga o registro, pelos serviços de saúde públicos e privados, de casos de câncer e malformações congênitas. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 14/2018, da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), vai à sanção.

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o projeto foi relatado pelo senador Waldemir Moka (MDB-MS), que apontou o câncer como a segunda maior causa de morte no Brasil. A doença é responsável por cerca de 15% dos óbitos anuais. Daí a importância das medidas e políticas públicas voltadas ao rastreamento e tratamento desse conjunto de

doenças e à reabilitação dos pacientes.

O projeto, de acordo com Moka, permitirá identificar gargalos de assistência, diagnóstico, tratamento e prevenção da doença, bem como estabelecer dispositivos técnicos para o efetivo cumprimento da Lei dos 60 dias (Lei 12.732, de 2012).

— Esse projeto obriga, tanto na rede pública quanto privada, que, uma vez feito o diagnóstico, seja obrigatório o hospital, o médico ou a clínica comunicar à autoridade aquele diagnóstico. Isso vai facilitar o acompanhamento para que esse tratamento comece em no máximo em 60 dias — apontou Moka.



Para Moka, o projeto ajudará o SUS a cumprir a lei que obriga o início do tratamento de câncer em até 60 dias

O texto original tratava apenas da notificação obrigatória de eventos relacionados ao câncer, mas a tramitação em conjunto com outros projetos

resultou na aprovação, pela Câmara, de um substitutivo que incorporou também a comunicação compulsória de malformações congênitas.

Os senadores Lindbergh Farias (PT-RS), Vanessa Grazziotin (PcdoB-AM) e Rose de Freitas (Pode-ES) comemoraram a aprovação o projeto.

## Acordos internacionais seguem para promulgação

Foram aprovados na quarta-feira, em Plenário, três acordos internacionais. Os textos referem-se à legislação para evitar dupla tributação e sonegação em transações com a Noruega, a regras para prevenir albaroamentos no mar e à cooperação técnica com o Nepal. Os acordos seguem agora para promulgação.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 189/2017 aprova alteração na convenção entre Brasil e Noruega para evitar a dupla tributação e prevenir a sonegação de impostos sobre renda e capital nos dois países. O protocolo foi assinado em Brasília, em fevereiro de 2014.

O texto atualiza convenção celebrada em 21 de agosto de 1980, sobre acesso a informações tributárias. As informações trocadas entre autoridades dos dois países poderão ser usadas no combate à fraude e à evasão fiscal.

Pelo acordo, as informações recebidas serão consideradas sigilosas, da mesma maneira que as informações obtidas internamente. Além disso, serão comunicadas apenas

a pessoas ou autoridades encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos de que trata a convenção.

O texto, relatado na Comissão de Relações Exteriores (CRE) por Fernando Collor (PTC-AL), visa reduzir o espaço para a prática da elisão fiscal, quando empresas usam métodos legais para reduzir o pagamento de impostos.

### Acidentes

O PDS 11/2018 faz alterações na Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, de 1972, adotada pela Organização Marítima Internacional.

As emendas propostas no projeto obrigam os signatários da convenção a se submeterem a auditorias periódicas para a verificação do cumprimento das regras estabelecidas no documento. Tais auditorias serão realizadas pela Organização Marítima Internacional.

Segundo o relator na CRE, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), busca-se aumentar o nível de segurança da navegação marítima, atualizando as regras

conforme o avanço da tecnologia e o aumento do número de viagens e de embarcações.

O PDS 6/2018 ratifica o acordo de cooperação técnica entre Brasil e Nepal assinado em agosto de 2011. Pelo texto, o primeiro de cooperação técnica entre os dois países, os projetos conjuntos poderão versar sobre desenvolvimento social, gestão pública, meio ambiente, energia, agricultura, educação e saúde.

Poderão participar dos programas e projetos instituições dos setores público e privado e organizações não governamentais. Os países financiarão as ações aprovadas, podendo também buscar financiamento de organizações internacionais, de fundos, de programas internacionais e regionais e de outros doadores. O acordo tem vigência de cinco anos.

“O instrumento coaduna-se com o interesse do Brasil em fomentar seu progresso econômico por meio da cooperação com nações em semelhante estágio de desenvolvimento”, afirma o relator na CRE, Lasier Martins (PSD-RS).

## Criação do Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Norte é aprovada

O Plenário aprovou na quarta-feira a criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Norte. O projeto de resolução, de Fernando Collor (PTC-AL), tem a finalidade de incentivar as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos dois países. O texto (PRS 18/2018) segue para promulgação.

Desde 2009, o Brasil possui uma embaixada localizada na Coreia do Norte e é o único país latino-americano com embaixadas residentes nas duas Coreias. A instituição do grupo de amizade é a primeira ação da “agenda de seis pontos” de Collor.

O senador visitou a Coreia do Norte em missão oficial no fim de abril e, como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), comprometeu-se a avançar na pauta de cooperação dos países.

O relator do projeto, Pedro Chaves (PRB-MS), destacou que a criação do grupo vai permitir integração entre os

países num momento em que a Coreia do Norte se aproxima de outros atores internacionais.

### Imigração chinesa

O Plenário também aprovou o PLC 42/2018, que define 15 de agosto como o Dia Nacional da Imigração Chinesa no Brasil. A data foi escolhida porque nesse dia, em 1900, ocorreu a chegada oficial dos primeiros imigrantes chineses a São Paulo, segundo registros oficiais. O texto segue para sanção.

A relatora na Comissão de Educação (CE) foi Marta Suplicy (MDB-SP), que recomendou a aprovação da proposta. Durante a votação, Marta lembrou que o Brasil é hoje um dos principais destinos do imigrante chinês. Segundo dados da Polícia Federal, os chineses representam cerca de 5% do número de imigrantes registrados no país.

A senadora lembrou que a comunidade chinesa no Brasil só é menor do que as existentes na Bolívia, nos Estados Unidos e na Argentina.

## Projeto que obriga a comunicação de acidente com menor passa em 1ª votação

Os senadores aprovaram na quarta-feira o projeto de lei que obriga os hospitais a notificar casos de acidentes envolvendo crianças e adolescentes. O PLC 13/2017 passou com modificações, por isso ainda será submetido a turno suplementar de votação no Plenário do Senado antes de voltar para a Câmara.

Segundo o texto, os estabelecimentos de saúde da rede pública e privada ficam obrigados a notificar aos órgãos públicos competentes os casos de acidentes envolvendo menores de idade. A intenção é dar mais

informações para que o poder público possa planejar ações que previnam mortes e hospitalizações de crianças e jovens. A obrigação recai sobre os gestores dos hospitais e os profissionais responsáveis pelo atendimento. Caso não o façam, eles estarão sujeitos a penalidades administrativas.

O texto original previa um prazo de 72 horas após o atendimento para que a notificação fosse feita, além da responsabilização civil e penal dos gestores. A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), argumentou que a primeira regra

deve ser definida em regulamentação posterior e considerou a punibilidade de muito rigorosa. Assim, esses dois pontos foram excluídos da proposta.

— Segundo a Organização Mundial da Saúde, em torno de 90% dos acidentes poderiam ser evitados e não há informações detalhadas e compiladas para que o poder público defina políticas de proteção a crianças — afirmou Vanessa.

Foi também retirada do texto a obrigação de criação de cadastro para registros dos casos de acidentes atendidos. Para a relatora, o Ministério da

Saúde já dispõe de cadastro de morbimortalidade, destinado informações epidemiológicas sobre óbitos, doenças e agravos à saúde que atingem a população. Além de desnecessário, outro cadastro iria onerar o sistema de saúde.

Outra mudança no projeto refere-se à abrangência das notificações. Inicialmente estavam previstos apenas os casos entre 0 e 14 anos, mas Vanessa mudou para incluir os jovens como já classificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, o que compreende entre 0 e 18 anos de idade.

# Juros de cartão diferem de Selic, dizem bancos

Segundo o presidente da Febraban, os juros cobrados pelos cartões de crédito são compostos por dois itens. Além da taxa Selic, dependem também do *spread* bancário

REPRESENTANTES DE BANCOS públicos e privados emissores de cartão de crédito disseram, em audiência da CPI dos Cartões de Crédito na quarta-feira, que os juros diminuíram e não podem ser calculados apenas com base na taxa Selic. Em março, a taxa atingiu o menor índice — 6,5% — desde a adoção do regime de metas para a inflação em 1999 e também da série histórica do Banco Central, iniciada em 1986.

O presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Murilo Portugal, explicou que os juros são compostos por diferentes itens e, por isso, não podem ser reduzidos somente com base na taxa Selic.

— Se a taxa Selic fosse o único componente da taxa final de juros, era razoável esperar essa proporcionalidade, mas ela afeta apenas um dos dois componentes de juros, que é



Presidente da CPI, Ataides Oliveira (C), ao lado do relator, Bezerra Coelho, que questionou por que as taxas podem chegar a 1.000% ao ano no Brasil

a taxa de captação dos bancos. Não afeta o *spread* bancário.

Segundo o diretor-executivo de Cartões e Meios de Pagamento da Caixa, Márcio Recalde, as taxas estão menores desde que os bancos adotaram o novo modelo de crédito rotativo e parcelado.

— Garanto que o juro efetivo cobrado tanto no rotativo, quanto no parcelado, está muito distante dos 200%. Quando nós aplicamos isso pela regra de composição de juros desde a data de vencimento da fatura até o pagamento, esses juros são muito inferiores — disse.

O relator da CPI, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), considerou que as taxas cobradas pelos bancos são abusivas.

— A concentração bancária que se verifica no Brasil não é diferente do nível de concentração bancária que ocorre em outros países do mundo. O que

não dá para entender é que o Brasil produza práticas de cobranças e *spreads* bancários e de taxas de juros que alcançam taxas de até 1.000% ao ano.

A CPI dos Cartões de Crédito deve fazer mais uma audiência pública antes de apresentar o relatório final.

## Avança desconto na tarifa de energia para projetos de transposição de bacias

Descontos especiais nas tarifas de energia elétrica poderão ser estendidos a projetos de transposição de bacias hidrográficas. Projeto com esse objetivo (PLS 408/2017) foi aprovado, na quarta-feira, na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). A proposta é de autoria do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e segue para a Comissão de Infraestrutura (CI), onde receberá decisão terminativa.

A intenção de Garibaldi é dar sustentabilidade operacional ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) e contribuir para o estabelecimento de um modelo de gestão sustentável para as localidades atendidas por esse projeto.

“O Pisf constitui a maior obra de infraestrutura hídrica do país, no âmbito da Política

Nacional de Recursos Hídricos. São 477 quilômetros de extensão divididos em dois eixos, o Leste e o Norte. Quando estiver pronta e em pleno funcionamento, a transposição aumentará a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios de Pernambuco, Ceará, Paraíba

e do Rio Grande do Norte, estados onde a estiagem é frequente”, justifica o senador na proposição.

Os descontos na energia elétrica serão dados às propriedades cujo consumo é destinado a projetos de transposição de bacias que apresentem impacto regional e tenham como

finalidade prioritária o abastecimento humano e a dessedentação animal. A proposta altera a Lei 10.438, de 2002, que concede os descontos apenas aos produtores rurais que desempenham atividades de irrigação e agricultura por um período diário contínuo de 8 horas e meia.

Na reunião, a CDR aprovou também a realização de audiências públicas para dar continuidade ao debate sobre a salvaguarda à cultura do forró, reconhecendo-o como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

As audiências serão realizadas em Parnamirim (RN); Olinda, Recife, Caruaru e Exu, em Pernambuco; Teresina; e Fortaleza. As datas ainda serão definidas.

A comissão também aprovou a realização de audiência pública para debater a possibilidade de fechamento de fábricas de fertilizantes nitrogenados, anunciada pela Petrobras.

Serão convidados para o debate o presidente da Petrobras, Pedro Parente, e representantes de sindicatos dos petroleiros no país.



Presidente da CDR, senadora Fátima Bezerra comanda reunião em que projeto foi aprovado na quarta-feira

## MP libera estoques de milho para criadores e fabricantes de ração

Medida provisória publicada na quarta-feira no *Diário Oficial da União* autoriza a disponibilização imediata dos estoques de milho em grão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para criadores de aves e suínos e empresas de processamento de ração animal. O milho é um dos componentes básicos da ração de animais de corte e a greve dos caminhoneiros provocou o desabastecimento do grão.

Segundo a MP 835/2018, o cereal será ofertado durante 30 dias pelo Programa de Vendas

em Balcão (ProVB), da Conab.

O programa viabiliza o acesso de pequenos criadores rurais aos estoques de produtos agrícolas sob gestão da companhia, por meio da venda direta, a preços compatíveis com os dos mercados atacadistas locais. As vendas aos criadores e à indústria serão realizadas à vista e a compra ficará limitada a 500 toneladas diárias de milho por produtor ou empresa.

A MP será discutida inicialmente em uma comissão mista. Depois segue para os Plenários da Câmara e do Senado.

## Audiência debate orçamento da Defensoria Pública

A situação da Defensoria Pública da União (DPU) em relação aos efeitos da Emenda Constitucional 95 (do teto de gastos públicos) será tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) na segunda-feira, às 9h. A emenda, promulgada em 2016, definiu o congelamento dos gastos públicos por 20 anos.

Pelo novo regime fiscal, os gastos são reajustados com base na inflação oficial do ano anterior. Os limites no Orçamento da União valem para os três Poderes, para o Ministério Público e a Defensoria Pública da União.

Sugerido pelo vice-presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), o debate terá a presença dos defensores públicos federais Francisco de Assis Nascimento Nóbrega, secretário-geral de Articulação Institucional; Daisy Assmann Lima, coordenadora de Planejamento Financeiro; Elzano Antonio Braun, secretário de Controle Interno e Auditoria; e Vanessa Meireles Barreto Chervenski, assessora-chefe de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão.

Também foram convidados Bráulio Santiago Cerqueira,

secretário-executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle; Marcelo Dias Varella, secretário-executivo-adjunto do Ministério dos Direitos Humanos; e Maurício Krepsky Fagundes, chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho.

A audiência será interativa, com possibilidade de participação popular pelo Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

# Congresso cumpriu sua obrigação para pôr fim à greve, diz Eunício

Presidente do Senado negociou com governo e líderes dos caminhoneiros para viabilizar o acordo e evitar o aumento de impostos

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, disse na quarta-feira que o Congresso cumpriu sua obrigação ao aprovar o projeto de lei (PLC 52/2018) que retira diversos setores da economia da lista dos que contam com desoneração da folha de pagamentos, uma das pautas que cabiam ao Legislativo para pôr fim à greve dos caminhoneiros.

Foi mantido no texto o dispositivo que zera até o final do ano a cobrança de PIS/Cofins sobre o óleo diesel com a promessa do governo



Eunício diz que o Congresso cumpriu todas as reivindicações das ruas

de que essa parte do projeto será vetada pelo presidente Michel Temer.

Eunício disse que negociou com o governo e com representantes dos caminhoneiros para viabilizar o

acordo e garantir que não haja aumento de impostos ou a retirada de recursos de áreas prioritárias como saúde e educação.

— Tudo aquilo que nos comprometemos para aca-

bar e para acalmar os movimentos das ruas do ponto de vista das reivindicações, nós fizemos. Cumprimos tudo o que foi reivindicado do ponto de vista das ruas. O Congresso não aumentou carga tributária, o Congresso fez entendimento da substituição dessas fontes porque elas tirariam dinheiro da saúde, da seguridade, de financiamento.

Para Eunício, é importante abrir as planilhas da Petrobras para entender o que há por trás da política de preços praticada pela estatal.

## Cássio quer discutir preço de combustíveis e reforma tributária

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que a greve dos caminhoneiros evidenciou a



necessidade de os políticos discutirem com urgência três pontos: a formação de preços dos combustíveis pela Petrobras, o investimento em fontes alternativas de energia e a reforma tributária e a diminuição do peso do Estado sobre os ombros dos brasileiros.

No Plenário, ele disse que a população não aguenta mais sustentar “um Estado perdulário, corrupto e ineficiente e que precisa passar por uma reforma ampla, uma verdadeira refundação, um novo pacto de nação”.

## Lúcia Vânia: paralisação mostrou que a reforma tributária é urgente

A urgência de ampla reforma tributária é uma das lições a serem aprendidas com a greve dos caminhoneiros, disse Lúcia Vânia (PSB-GO). Ela citou também a dependência do transporte rodoviário no Brasil e avaliou que a Petrobras errou ao sair de preços subsidiados para a política oposta, com variações diárias das tarifas.

A senadora observou que a incidência de tributos é muito elevada sobre o consumo, penalizando os mais pobres. Em vez disso, afirmou, deveria haver peso maior sobre o patrimônio e a renda, o que permitiria mais justiça tributária.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Senado deve priorizar projetos para reduzir crise, diz Alvaro Dias

Alvaro Dias (Pode-PR) pediu que projetos ligados a combustíveis sejam priorizados na pauta do Senado. O senador citou proposta dele (PLS 262/2018) que dispõe sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel e o projeto (ainda sem número) que trata da Política Energética Nacional e disciplina a comercialização do etanol.

— É uma sugestão que faço modestamente ao presidente da Casa, para que possamos dar prioridade a esses projetos e fazer do Senado Federal protagonista num momento tão importante para o País.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Para Simone Tebet, políticos devem ouvir insatisfação das ruas

Simone Tebet (MDB-MS) disse que a greve dos caminhoneiros, que conta com o apoio quase unânime da população, representa a insatisfação de 200 milhões de cidadãos. Por isso, é preciso que a classe política, da qual ela faz parte, assuma a sua responsabilidade também.

— É um momento de repensarmos o país, ouvindo as ruas, que querem, além de uma diminuição da carga tributária, que os recursos pagos pelo suor do seu trabalho em forma de impostos sejam utilizados com eficiência e para atender as suas necessidades — afirmou a senadora.



Rogério de Sá/Agência Senado

## Lindbergh critica corte de PIS/Cofins e lucro da Petrobras

A aprovação do projeto que zera a cobrança de PIS/Cofins sobre diesel não vai resolver a crise de abastecimento, disse o senador Lindbergh Farias (PT-RJ). O PLC 52/2018 foi aprovado no Senado na terça, com o compromisso do governo de vetá-lo.

— Não vai resolver nada da crise, porque a gasolina está fora, o gás está fora, e quero ver repassarem esse desconto para a bomba, no caso do diesel.

Ele disse que o lucro da Petrobras poderia ser menor, mas não é reduzido devido a “interesses poderosos”, de acionistas e importadores.



Gerardo Miguel/Agência Senado

## Cristovam afirma que brasileiro não aceita enfrentar a realidade

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que a mente dos brasileiros foi sequestrada, pois eles não querem enfrentar a realidade. O senador citou artigo publicado na imprensa que aponta uma aprovação da greve dos caminhoneiros por aproximadamente 87% da população.

Segundo Cristovam, as mesmas pessoas que apoiam a greve se recusam a aceitar qualquer aumento de imposto para pagar a conta da redução do preço do óleo diesel.

— Na nossa mente sequestrada, o Tesouro público é uma cartola de mágico, de onde você consegue tirar coisas e dinheiro, mesmo quando não tem nada lá dentro.

## Gleisi critica subsídio ao óleo diesel e apoia petroleiros

Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou o caráter justo da greve dos caminhoneiros e criticou a atuação do governo. Para ela, o Planalto tentou criminalizar o movimento e jogar a opinião pública contra os grevistas.

A senadora condenou a solução do governo, com o subsídio ao diesel, sacrificando gastos sociais, quando se deveria, disse, modificar a política de preços da Petrobras. Ela elogiou a greve dos petroleiros:

— Os petroleiros não pararam para aumentar salário, pararam para que pare a quebraadeira e a venda da Petrobras.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Senado não pode se omitir quanto a política de preços, diz Viana

O Senado não pode ser conivente diante da política de preços da Petrobras para a gasolina, o diesel e o gás de cozinha, disse Jorge Viana (PT-AC). O senador disse que a política de preços adotada tem gerado margens de lucro da ordem de 150% para a companhia na venda de combustíveis.

— O Senado tinha que votar também medidas sobre o preço da gasolina, do gás de cozinha e das passagens aéreas. A Petrobras aumentou a gasolina hoje de novo, uma afronta. Se não deliberarmos sobre isso, estaremos sendo coniventes com a atual gestão.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Ângela defende nova política de reajustes e demissão de Parente

O grande responsável pela crise gerada pela greve dos caminhoneiros é o próprio governo federal, diz Ângela Portela (PDT-RR). A senadora defendeu a demissão do presidente da Petrobras, Pedro Parente. Ângela classificou como “catastrófica” a forma como o governo de Michel Temer lidou com a crise, que acarretou cancelamentos de voos, menos ônibus nas ruas e desabastecimento de alimentos. Para ela, é urgente reduzir também os preços do gás de cozinha e da gasolina.

— A política de preços livres é danosa para os brasileiros. Ela privilegia o grande capital em detrimento dos interesses do país — afirmou.

## Vanessa pede CPI para investigar valor dos combustíveis no país

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que a oposição protocolou no Senado pedido de instalação de uma CPI para investigar a política de formação de preços da Petrobras. Atualmente, o valor de diesel, gás e gasolina consideram a flutuação do valor do barril de petróleo no mercado internacional.

De acordo com a senadora, a comissão teria funcionamento restrito, com vigência de 30 dias, e analisaria também a política de desinvestimento da estatal, que tem vendido refinarias e diminuído a capacidade de refino do país.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Reguffe quer corte de gastos e limite a ICMS sobre combustíveis

Reguffe (sem partido-DF) pediu responsabilidade de todas as partes na solução da crise dos combustíveis. Ele manifestou apoio aos protestos contra os preços, mas considerou inaceitável que os caminhoneiros continuem parados, pois as reivindicações já foram atendidas.

O senador também defendeu cortes de gastos públicos e redução de tributos em derivados de petróleo. Reguffe pediu apoio a projeto que limita a 18% o ICMS sobre combustíveis e afirmou que é possível reduzir alíquotas tributárias sem comprometer a arrecadação do governo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Avança criação de evento de prevenção à hepatite

Mobilização Julho Amarelo promoverá a cada ano ações relacionadas à luta contra as formas virais da doença, determina projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira uma proposta que institui no país o Julho Amarelo. A mobilização deverá ser feita a cada ano em todo o país durante o mês de julho, efetivando ações relacionadas à luta contra as hepatites virais.

O projeto (PLC 35/2018), que segue para o Plenário, recebeu relatório favorável de Paulo Rocha (PT-PA). Para o senador, campanhas como essa podem estimular as pessoas a se vacinar contra a hepatite e a buscar o diagnóstico precoce. Ele fez alerta para o fato de que a hepatite é uma ameaça grave à saúde, pois ataca o fígado e, em muitos casos, é assintomática.

— É de grande relevância o diagnóstico precoce. Além disso, a vacinação é a melhor forma de prevenção. Instituir um mês destinado a chamar a atenção para as hepatites virais é um instrumento eficaz de conscientização sobre riscos, tratamento e prevenção.

Julho é o mês escolhido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para celebrar o Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais (28 de julho).

## Morte de bebês

A CAS também aprovou requerimento de Elmano Férrer (Pode-PI) para que a comissão

faça uma audiência sobre a alta taxa de mortalidade infantil verificada na Maternidade Dona Evangelina, em Teresina. Na semana passada, o senador informou aos integrantes do colegiado que, de janeiro a abril, ocorreram 115 mortes de bebês no hospital.

— Se compararmos com dados anteriores, vemos um grande acréscimo nesse índice. Em 2008, era de 18,15 mortes por 1 mil nascidos vivos. Em 2017, a taxa subiu para 40,15. Índices muito superiores à média estadual [11,8] ou nacional [8,8] — afirmou.

Denúncias de médicos e funcionários da própria maternidade, segundo o senador, relatam problemas sérios que podem estar contribuindo para as mortes, como ausência de materiais básicos de higiene, sacos de lixo, detergentes, itens de procedimentos cirúrgicos e medicamentos, em um quadro que contribui para a disseminação de infecções hospitalares.

— Outro ponto crítico é a superlotação, com relatos de mulheres que tiveram filhos e depois ficaram em macas nos corredores, aguardando uma vaga na enfermaria.

A data da audiência será definida pela presidente da CAS, senadora Marta Suplicy (MDB-SP).

Foi aprovada ainda, a pedido



Presidente da CAS, Marta Suplicy (D) coordena reunião em que colegiado aprovou várias audiências públicas

de Dalírio Beber (PSDB-SC), uma audiência pública para debater a crise das santas casas. Deverão ser convidados representantes da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas.

## Maconha medicinal

A pedido da presidente da CAS, a comissão fará duas mesas de debates para tratar da descriminalização do cultivo da *Cannabis sativa* (maconha)

para uso pessoal terapêutico.

Com o tema “Maconha Medicinal: caminhos e alternativas para a legalização”, a primeira mesa terá como convidados os psiquiatras Valentim Gentil e Luís Fernando Tófoli, ambos da Universidade Federal de São Paulo (USP).

Também devem comparecer o neurocientista Renato Filev, do Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), a advogada Margarete Brito, da Associação de Apoio à Pesquisa e a Pacientes da Cannabis Medicinal, e a bancária Cidinha Carvalho, presidente

da Cultive Associação de Cannabis Medicinal.

Para a segunda mesa de debates, que abordará o tema “Educação para a Prevenção e Ciência sobre as Repercussões do Uso da Maconha na Adolescência”, serão convidados representantes da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Educação, do Hospital Universitário da USP, do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas.

As datas das audiências públicas ainda serão definidas pela comissão.

## Municípios poderão receber 70% dos recursos de fundo antidrogas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira uma proposta determinando que pelo menos 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad) sejam aplicados em projetos de entidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) desenvolvidos em âmbito municipal.

De autoria do senador José Agripino (DEM-RN), a proposta (PLS 304/2016) segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto teve como relatora Ângela Portela (PDT-RR). Com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), a senadora afirmou que apenas 27% dos recursos previstos para o Funad, entre 2011 e 2016, foram

de fato aplicados. Em números absolutos, foram R\$ 430 milhões investidos, de R\$ 1,47 bilhão disponíveis para ações de combate às drogas.

## Efetividade

A senadora elogiou o enfoque da proposta no repasse dos recursos para as entidades do Sinase em âmbito municipal, o que, no seu entendimento, trará mais efetividade ao Fundo Nacional Antidrogas.

— As entidades governamentais e não governamentais que fazem parte do Sinase prestam um trabalho de grande relevância no que tange às ações socioeducativas voltadas aos adolescentes infratores. E em âmbito municipal, essas ações por lei devem

sempre envolver as famílias e ser aplicadas em meio aberto, pela prestação de serviços à comunidade e com liberdade assistida — explicou.

Ângela destacou que o foco do Sinase é a reinserção dos jovens num novo projeto de vida, buscando oportunidades de aprendizagem, socialização e desenvolvimento.

A senadora citou ainda pesquisas da área que apontam que a falta de financiamento adequado é justamente o que mais tem afetado a efetividade das ações socioeducativas em meio aberto. Para ela, essa situação torna ainda mais urgente a aprovação do projeto, que contribuirá também, como reforçou, para “tirar da letargia” o próprio Funad.

## Lasier elogia prorrogação de prazo para parcelar dívidas do Funrural

Lasier Martins (PSD-RS) saudou o governo federal pela prorrogação do prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária, conhecido como Refis do Fundo de Assistência ao Trabalhador (Funrural). Os interessados têm até 30 de outubro para requerer à Receita Federal a entrada no programa. A medida foi definida pela MP 834/2018.

O senador também destacou a aprovação, pela Comissão de Educação (CE), de projeto dele que destina mais recursos das loterias esportivas para atividades relacionadas ao esporte escolar e à integração do sistema esportivo nacional com as escolas (PLS 25/2017).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:**  
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,  
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Comissão aprova projeto que dá 5 dias para SUS marcar consultas

Proposta também exige a divulgação da lista de espera para realização de consultas e procedimentos, resguardado o sigilo

UNIDADES VINCULADAS AO Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ser obrigadas a marcar consultas e exames no prazo de cinco dias. Nesse período, o paciente deverá receber um protocolo de encaminhamento com data e local de realização do procedimento solicitado. A determinação está no PLS 140/2017, de Dário Berger (MDB-SC), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira.

Depois de passar pela CCJ, a proposta segue para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Além de rapidez na assistência, o projeto objetiva garantir transparência aos serviços prestados pelo SUS. O texto exige a divulgação, via internet e canais de atendimento telefônico ou presencial, da fila de espera para realização dos procedimentos. A publicidade desses atos deverá acontecer resguardando-se o sigilo médico e a intimidade do paciente. Está previsto ainda que qualquer alteração na ordem da fila de espera deverá ser informada aos usuários afetados.

Outra preocupação do projeto foi estabelecer punição para os profissionais do SUS que praticarem atos de improbidade administrativa. Estariam nessa condição as seguintes condutas: privar o usuário do serviço do acesso a documentos e informações; deixar de elaborar, atualizar e publicar, semanalmente, a lista ou a ordem dos pacientes à espera de atendimento; adulterar ou fraudar a lista de pacientes que aguardam a realização de procedimentos.

Dário sugeriu o enquadramento desses desvios na Lei 8.429, de 1992,



Lasier Martins (E) lê relatório favorável, ao lado de Anastasia, Simone Tebet e Elmano Férrer

que trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos em caso de enriquecimento ilícito durante o mandato, cargo, emprego ou função no serviço público. As medidas trazidas pela lei originada do projeto vão começar a valer no prazo de 180 dias.

Na justificativa, Berger informa ter elaborado o projeto com base em sugestão do Instituto Oncoguia, entidade que atua em ações de educação, conscientização, apoio e defesa dos direitos do paciente com câncer. O autor também acredita que o estabelecimento de prazo para realização de atendimentos e a divulgação das filas de espera de pacientes do SUS vão eliminar a possibilidade de se "furar a fila" com o auxílio de pessoas influentes ou o pagamento de propina aos responsáveis pelos agendamentos.

Ao recomendar a aprovação do pro-

jeito, o relator Lasier Martins (PSD-RS) avaliou que o usuário do SUS vai se sentir mais seguro em seu atendimento ao conhecer os prazos para realização dos serviços demandados.

"A publicização das filas de atendimento vai acabar de vez com as trocas de favores para a marcação de consultas e procedimentos no SUS. São medidas extremamente bem-vindas para garantir a equidade e a integralidade na assistência à saúde", acrescenta Lasier em seu parecer.

Emenda do relator inseriu um condicionante para caracterização dos atos de improbidade administrativa regulados pelo projeto. Assim, a infração só ficaria comprovada se restasse evidente seu caráter doloso, ou seja, se ficasse claro que o agente público teve a intenção e estava consciente de estar praticando um crime.

## Sistema de franquias poderá ter um novo marco legal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o projeto que atualiza o marco legal das franquias. O relator foi Armando Monteiro (PTB-PE). O PLC 219/2015 segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Do ex-deputado Alberto Mourão, a proposta revoga a lei vigente sobre contratos de franquia empresarial (Lei 8.955, de 1994) e a substitui por novas regras. Entre outros pontos, a proposta obriga o franqueador a fornecer ao interessado uma Circular de Oferta de Franquia (COF) com antecedência

mínima de dez dias da assinatura do contrato ou do pagamento de taxas pelo franqueado.

O texto também trata das condições de sublocação do ponto comercial ao franqueado, da possibilidade de anulação do contrato caso as informações da COF sejam falsas e da autorização para que empresas públicas e sociedades de economia mista possam adotar o sistema.

Em seu voto a favor do projeto, Armando elogiou a iniciativa de se corrigir a terminologia da lei vigente sobre franquias, afastando a possibi-

lidade de o contrato dessa espécie ser interpretado como relação de consumo ou — no que se refere ao período de avaliação e treinamento — como relação empregatícia.

Também a COF, no entendimento do relator, contribui para que o candidato a franqueado possa decidir de forma mais consciente.

### Sublocação

Armando ressaltou que a proposta soluciona a controvérsia sobre o valor de sublocação das instalações comerciais. De acordo com a Lei do Inquilinato, o aluguel da sublocação não pode exceder o da locação, mas o entendimento do Poder Judiciário tem sido favorável aos franqueadores.

"A locação e sublocação de instalações comerciais vêm sendo empregadas como instrumentos para a expansão do sistema de franchising em todo o mundo. Com o aperfeiçoamento do sistema de franquia, a escolha do imóvel para instalação do empreendimento é realizada de modo a atender aos objetivos de ambas as partes, diferentemente de uma locação e sublocação comercial comum", destacou o relator no parecer.

O PLC 219/2015 recebeu apenas uma emenda de redação na CCJ.



Armando Monteiro elogiou a correção da terminologia da lei hoje vigente sobre o tema

## Capiberibe defende controle social da atuação do Estado

João Capiberibe (PSB-AP) conclamou a sociedade a acompanhar os gastos públicos e o comportamento de seus representantes. Para ele, o controle social, com os cidadãos monitorando o Estado, hoje é facilitado pela tecnologia e pode ser ferramenta eficaz contra a corrupção.

O senador cobrou da Câmara dos Deputados a aprovação de projeto dele (PLS 325/2017) que obriga os órgãos públicos a divulgar na internet suas receitas e despesas.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Cinema nacional corre o risco de parar, alerta Humberto Costa

Para Humberto Costa (PT-PE), as gestões do Ministério da Cultura e do Tribunal de Contas da União (TCU) são altamente prejudiciais ao cinema brasileiro. O senador lamentou a cobrança de R\$ 2,2 milhões feita ao cineasta Kleber Mendonça Filho, por alegação de captação irregular no filme *O som ao redor*, de 2009. Para Costa, a multa é uma retaliação ao posicionamento do cineasta no Festival de Cannes, contrário ao impeachment de Dilma.



Alessandro Damascy/Liderança do PT

## Telmário critica gestão do governo em questões essenciais para Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) criticou o que considera falta de gestão do governo federal para questões essenciais de Roraima, como a distribuição de energia e a imigração de venezuelanos. Ele disse que o povo paga por "energia sem qualidade, instável e cara" e disse que o estado vive um caos social com a entrada desordenada de imigrantes.

O senador anunciou o afastamento por 120 dias do Senado e a pré-candidatura ao governo do estado.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Identificação digital vai revolucionar o Brasil, afirma Dário Berger

Dário Berger (MDB-SC) apresentou em Plenário, na quarta-feira, o Documento Nacional de Identificação (DNI), a carteira de identidade digital que permitirá a unificação dos documentos pessoais dos cidadãos brasileiros. Dário representou o Senado no comitê gestor responsável por viabilizar o projeto. Segundo o senador, trata-se de algo moderno, inovador e seguro, que facilitará a vida das pessoas e evitará fraudes e duplicidades.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Avança redução de jornada para pais de filho deficiente

A jornada de trabalho poderá ser reduzida em 10%, para ambos os pais, sem prejuízo para salário, férias e aposentadoria. O projeto ainda precisa ser aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais

Trabalhadores do setor público e da iniciativa privada que tenham filho com deficiência poderão ter jornada de trabalho reduzida. É o que determina projeto aprovado na quarta-feira na Comissão de Direitos Humanos. O PLS 110/2016, segue para análise final da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De Waldemir Moka (MDB-MS), o projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para que o trabalhador que possua filho com deficiência tenha sua jornada de trabalho reduzida em 10% sem prejuízo de sua remuneração.

O texto considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que a incapacita para a vida independente.

Para pedir redução da jornada, o trabalhador deve apresentar ao empregador um pedido escrito, acompanhado de laudo médico elaborado por peritos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e certidão

de nascimento do filho com deficiência. O benefício terá que ser renovado a cada dois anos. A redução da jornada de trabalho não deve interferir em férias ou aposentadoria.

Segundo Moka, a mudança na lei dá efetividade aos princípios constitucionais que protegem a dignidade humana e a família. Ele argumenta que a redução de jornada é um ônus que deve ser suportado pela sociedade e afirma que “o percentual sugerido não vai gerar contratempos e transtornos para o empregador”.

## Avaliação

Emenda aprovada na CDH determina que o pedido de redução de jornada contenha laudo de avaliação biopsicossocial. A redução não poderá ser apresentada como justa causa para a demissão do trabalhador.

Determina ainda que a guarda de mais de um filho com deficiência não acarretará redução maior da jornada. Quando o casal viver junto, o direito será concedido a ambos

os pais. Já no caso de guarda compartilhada, a redução também será para ambos os genitores, mas a porcentagem será proporcional ao tempo de convívio com o filho.

## Tramitação

Na CDH, o texto tramitou em conjunto com o PLS 591/2015, de Magno Malta (PR-ES). Esse projeto concede redução de 50% da jornada de trabalho para mães de pessoa com deficiência. Mas a relatora, Ângela Portela (PDT-RR), recomendou a aprovação do PLS 110 e a prejudicialidade do PLS 591.

Para a senadora, “parece sensato que se aproveitem os elevados méritos de ambos os projetos, estendendo-se inclusive a garantia da redução da jornada laboral a qualquer dos genitores, independentemente de seu sexo”. Ela lembrou que o benefício já existe para os servidores públicos federais, previsto no Regime Jurídico da União. Mas, no caso, não é detalhada a porcentagem de redução de jornada.



Helena Araújo Filho, Cintia Vargas, Paulo Paim e Ruth Rodrigues

## Violência em escola é inserida no contexto social, conclui debate

A violência nas escolas tem várias causas e está inserida no contexto social, afirmaram os participantes de audiência sobre o tema, na quarta-feira, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Eles analisaram o crescente aumento dos casos de bullying e violência entre os alunos e defenderam o ensino de direitos humanos para coibir o problema.

Paulo Paim (PT-RS), que solicitou a audiência, relatou ter recebido diversas denúncias de violência contra professores e entre alunos.

— Vi vídeo no WhatsApp em que um menino em Pernambuco é espancado dentro da sala de aula por seis ou sete outros alunos, sob o olhar do professor, que não tinha condições de separar os agressores.

A representante do Conselho Federal de Psicologia, Ângela Fátima Soligo, declarou que é muito simplista afirmar que os alunos são violentos por si só.

Ela apresentou uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso e mais nove universidades federais de todo o Brasil, em conjunto com outras entidades, que mostrou diversas causas para a violência escolar:

— Álcool, drogas, etnia, repetência, diversidade sexual, discriminação de gênero e discriminação física são fatores que têm aparecido com muita frequência como desencadeadores de atos de violência. Até mesmo casos de crianças e adolescentes que se automutilam estão ligados a casos de bullying nas escolas — afirmou.

## Tolerância

O diretor de Políticas de Educação do Ministério da Educação, Daniel Aquino Ximenes, defendeu a tolerância e o respeito a LGBTs, negros, índios e mulheres. Ele afirmou que o respeito à diversidade é determinante para a redução da violência nas escolas. Para Ximenes, a

educação em direitos humanos e a mediação de conflitos são pontos muito importantes para combater e prevenir a violência.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Helena Araújo Filho, afirmou que a violência escolar tem sido denunciada pela entidade desde os anos 90 e que o ensino dos direitos humanos é fundamental para construção de uma cultura de paz.

Representante da Secretaria de Educação do Distrito Federal, a doutora em educação Ruth Meyre Mota Rodrigues relacionou a violência à LGBTfobia, a questões de gênero e ao racismo. Ela afirmou que esses são os pontos mais importantes da discussão da violência nas escolas. Para Ruth, o Movimento Escola sem Partido pode dificultar a abordagem desses temas pelos professores.

## Estigma

Jornalista da TV Brasil, Cintia Vargas informou que a emissora tem feito matérias especiais sobre o assunto. Ela lembrou ser preciso um cuidado especial para tratar desses casos, para evitar que jovens sejam ainda mais estigmatizados.

— Nós produzimos um especial chamado *Cicatrizes da Tristeza* sobre jovens que se automutilam. E descobrimos a ligação desses casos com agressões e bullying nas escolas desses estudantes. Para a nossa surpresa, o número de casos é bem grande.

Ao encerrar a audiência, Paim destacou a participação de ouvintes e internautas e pediu apoio ao ensino público.

— Há uma constante reclamação de pais e alunos pelo abandono que as escolas têm sofrido nos últimos anos. Temos de ter uma escola pública de qualidade e inclusiva para implantar um cultura de paz e não de violência — concluiu.



Para Ângela, o projeto deixa claro no Código do Consumidor a abusividade de propaganda ofensiva de gênero

## Propaganda que desrespeita gênero pode ser abusiva

A propaganda que veicula visão ofensiva de gênero poderá ser considerada abusiva. É o que prevê projeto aprovado na quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta segue para análise na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O PLS 461/2017, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), estabelece critérios para a classificação da propaganda abusiva. Entre eles: a publicidade que incite a violência, explore o medo ou a superstição, aproveite da deficiência de julgamento da criança, desrespeite valores ambientais e ofenda a dignidade humana.

Também é considerada abusiva a propaganda que ofereça sugestões de comportamento que procurem incidir sobre as escolhas e a autoimagem da pessoa e veicule valores com visões desiguais e ofensivas de gênero.

## Apelo

A relatora, Ângela Portela (PDT-RR), defendeu a proposta. “A matéria busca tornar evidente no Código do Consumidor a abusividade de propagandas que submetem a sociedade a um apelo constante reforçador de papéis sociais estereotipados, muitas vezes até incitadores da violência de gênero”, diz.

De acordo com Vanessa, a

algumas “crenças falsas e arraigadas” ainda estimulam a desigualdade de gênero.

“Estamos a embelezar, com as tecnologias imagéticas, sonoras e literárias, crenças arcaicas, falsas, injustas e violentas a respeito das mulheres e da diversidade sexual e cultural. A maior parte das sociedades desenvolvidas já se percebeu isso e legislou de modo a conter o uso do passado como forma de impedir o advento do futuro”, argumenta.

Ela cita como exemplo a legislação de países como Dinamarca, França, Alemanha, Noruega e Inglaterra, que regularam “o uso de estereótipos de gênero para convencer as pessoas a consumir”.